

**UMA ANÁLISE CRÍTICA DA PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NAS
ESTATÍSTICAS A PARTIR DA PESQUISA DE ORÇAMENTO FAMILIAR (POF -
IBGE)**

*A critical analysis of women's participation in statistics based on PESQUISA DE
ORÇAMENTO FAMILIAR (POF – IBGE)*

Cynthia Xavier de Carvalho 1

UFPE. Recife, PE, Brasil

Andrea Lorena Butto Zarzar 2

UFRPE. Recife, PE, Brasil

Dayse Amâncio dos Santos Veras Freitas 3

UFRPE. Recife, PE, Brasil

Maria Carolina Monteiro Brandt Feijó

UFRPE. Recife, PE, Brasil

SOBER GT05. Agricultura familiar, ruralidades e relações de gênero no meio rural

Resumo: O texto apresenta uma pesquisa inicial sobre a participação das mulheres na Pesquisa de Orçamento Familiar do IBGE, abordando como as experiências femininas são refletidas ou omitidas, com foco na segurança alimentar e na ruralidade. A pesquisa, parte do projeto "Estudos Rurais Feministas", utiliza dados da POF 2017–2018 e revela lacunas na representação das mulheres, especialmente nas áreas rurais. A metodologia consistiu em uma análise exploratória dos registros e dos dados estatísticos da POF. As limitações incluem a falta de dados desagregados por gênero com informações sobre o papel das mulheres na produção de alimentos e no trabalho de cuidado. Os desafios incluem a invisibilidade do trabalho não remunerado e sua influência nas condições socioeconômicas das mulheres, especialmente as rurais. Conclui-se que é necessária uma abordagem mais inclusiva e sensível ao gênero na coleta de dados para enfrentar os desafios enfrentados pelas mulheres em comunidades rurais.

Palavras-chave: mulheres, Pesquisa de Orçamento Familiar – IBGE, rural, segurança alimentar.

Abstract: This text presents initial research on women's participation in the IBGE's Pesquisa de Orçamento Familiar, examining how women's experiences are reflected in or omitted from the survey, with a focus on food security and rural life. The research, part of the "Feminist Rural Studies" project, uses data from the 2017–2018 POF and reveals gaps in women's representation, especially in rural areas. The methodology consisted of an exploratory analysis of POF records and statistical data. Limitations include the lack of gender-disaggregated data with information on women's roles in food production and care work. Challenges include the invisibility of unpaid work and its impact on women's socioeconomic conditions, especially rural women. It concludes that a more inclusive and gender-sensitive approach to data collection is necessary to address the challenges faced by women in rural communities.

Keywords: women, Pesquisa de Orçamento Familiar – IBGE, rural, food security.

1. Introdução

Este artigo é fruto de uma leitura crítica das estatísticas brasileiras no que diz respeito ao recorte de gênero e à segurança alimentar e nutricional. Ele se concentra nos dados macro divulgados pela Pesquisa de Orçamento Familiar 2017-2018, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com o objetivo de destacar lacunas e implicações. A presente pesquisa, em andamento, insere-se no âmbito do projeto Estudos Rurais Feministas: memória e políticas públicas, que ocorre com apoio do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

A preocupação do projeto, no qual essa temática se insere e que abrange uma série de dados estatísticos oficiais brasileiros, está no fato de que, historicamente, tem ocorrido um grande gap nos dados estatísticos, referente à ausência de informação sobre a situação da mulher em todas as esferas da vida, como se sua existência fosse secundária e sua importância inviabilizada.

Como diz Perez (2019), trata-se de um silêncio do passado que perdura no presente e alcançou, e tem alcançado, todos os campos: cultura, literatura, ciência, economia, entre outros... Um gap de informações que, com consequências na vida diária das mulheres, compromete o futuro. O problema, como diz a autora, é que se trata de uma história de ausências que dificulta a leitura da realidade, não só porque os dados não foram coletados, mas também porque não foram separados dos dados referentes ao masculino.

Quando ampliamos o olhar para esse silêncio, a partir da perspectiva da interseccionalidade, considerando mulheres de minorias étnicas ou que residem no rural, essa dificuldade se amplia, sendo uma consequência de uma forma de pensar que concebe a humanidade quase exclusivamente masculina, entrelaçando-se com outros “gaps” de dados igualmente históricos, que carregam estigmas.

Assim, o objetivo aqui é analisar, de forma crítica, as estatísticas da POF 2017-2018, tentando entender como elas retratam ou deixam de retratar as mulheres, problematizando para as mulheres rurais, bem como com especial atenção à questão da Segurança Alimentar.

Ou seja, intenta-se analisar como a POF 2017-2018 reflete ou omite as experiências das mulheres (em especial as mulheres rurais), com foco na segurança alimentar, guiado por questões sobre representação de gênero, tratamento de dados e impactos sobre as mulheres:

- 1 De que maneira os dados da POF 2017-2018 são coletados, organizados e divulgados, e como isso impacta a visibilidade das mulheres, especialmente as mulheres rurais, nas estatísticas?
- 2 Como as estatísticas oficiais da POF 2017-2018 abordam o recorte de gênero e sua relação com a segurança alimentar e nutricional?

2. Revisão da Literatura

2.1. A Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF)

Em consonância com as diretrizes internacionais, como as formuladas pela ONU, como o *Minimum Set of Gender Indicators* (Conjunto Mínimo de Indicadores de Gênero), que estabelece que os países devem produzir indicadores organizados em cinco eixos — educação, saúde, participação política e poder, direitos humanos das mulheres —, a POF permite examinar

dimensões fundamentais da reprodução social. Essas diretrizes para estatísticas de gênero buscam padronizar a produção de indicadores e ampliar a visibilidade das desigualdades entre homens e mulheres; no entanto, ao serem aplicadas em pesquisas como a POF, sua abordagem metodológica centrada na unidade domiciliar pode limitar a análise das desigualdades intrafamiliares, especialmente no que se refere ao acesso individual a recursos. Como bem destaca a ONU, “Estatísticas de gênero são mais do que apenas dados desagregados por sexo” (United Nations, 2016, p. 15), o que indica que a produção estatística deve ir além da mera separação entre homens e mulheres, incorporando as desigualdades sociais e as questões culturais que permeiam essas relações de gênero.

A POF¹, que tem o objetivo de coletar, por amostragem probabilística, informações sobre a realidade das famílias brasileiras, é pensada para ser realizada de forma quinquenal, sua estrutura de orçamentos, características nutricionais e condições de vida, e que abastece a contabilidade nacional e são necessárias para a construção de Índices de Preços ao Consumidor, é um importante instrumento para identificar aspectos socioeconômicos, o consumo alimentar e as condições de vida das famílias. A população-alvo da pesquisa é o conjunto de domicílios particulares permanentes ocupados e de seus moradores, em ambientes urbanos e rurais.

O IBGE realizou três Pesquisas de Orçamentos Familiares (POFs) entre 1987 e 2003. As duas primeiras, que ocorreram entre 1987 e 1988 e entre 1995 e 1996, concentraram-se em nove regiões metropolitanas (RMs), no Distrito Federal e em Goiânia. A terceira pesquisa, realizada entre 2002 e 2003, teve abrangência nacional, incluindo áreas rurais das cinco maiores regiões do Brasil. Essa invisibilidade estatística das populações rurais nos coloca em desvantagem ao utilizar os dados da POF para analisar a evolução dos indicadores (Diniz et al., 2007). Além desse aspecto, entre as três últimas pesquisas realizadas, podem-se notar as seguintes diferenças entre elas:

A POF 2002-2003 coletou dados sobre aquisições de produtos pelas famílias em todo o país, incluindo doações, trocas e produção própria. A pesquisa também abordou nutrição, medidas antropométricas, quantidade de alimentos adquiridos e condições de vida das famílias por meio de um questionário de avaliação subjetiva.

Na POF 2008-2009, quinta pesquisa realizada pelo IBGE sobre orçamentos familiares, foram adicionadas variáveis sobre Meio Ambiente, Turismo, Assistência à Saúde, Fecundidade

¹ Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/24786-pesquisa-de-orcamentos-familiares-2.html?=&t=conceitos-e-metodos>. Acesso em: 03/04/2026.

e detalhes de antropometria, além de uma experiência com um modelo metodológico para investigar o consumo pessoal, em parceria com o Ministério da Saúde.

Na POF 2017-2018, foco do presente estudo, a antropometria foi excluída, priorizando-se o consumo alimentar individual dos moradores a partir dos 10 anos, com a aplicação do instrumento psicométrico EBIA (Escala Brasileira de Insegurança Alimentar e Nutricional), principal instrumento da POF para medir a segurança alimentar e avaliar a qualidade de vida. A escala EBIA utiliza os seguintes parâmetros: Segurança Alimentar: acesso regular e de qualidade; Insegurança Leve: incerteza quanto ao acesso e preocupação com a qualidade; Insegurança Moderada: redução na quantidade e na qualidade dos alimentos entre adultos; Insegurança Grave: fome, redução de alimentos, incluindo crianças.

Além disso, iniciou-se o trabalho experimental com indicadores de privações multidimensionais: o IPQV (Índice de Perda de Qualidade de Vida), que mede privações em diversas áreas, e o IDS (Índice de Desempenho Socioeconômico), derivado do IPQV e que incorpora preocupações com a segurança alimentar dos ODS. O IPQV e o IDS evidenciam a preocupação com as dificuldades das famílias em converter seus recursos em qualidade de vida. Esses indicadores, ainda em fase de teste, foram divulgados como Investigações Experimentais. Devido à sua relevância, a análise foi ampliada para a POF 2008-2009, permitindo observar a evolução da qualidade de vida no Brasil entre as duas edições da pesquisa (IBGE, 2023).

O norte da presente investigação perpassa pelo questionamento da efetividade da representatividade feminina nos dados da POF, em especial quanto às mulheres rurais, e por informações que nos permitam analisar o contexto da segurança alimentar. Tendo isso em mente, na publicação “Perfil das Despesas no Brasil, indicadores selecionados” (POF 2017 – 2018), o foco da pesquisa está na qualidade de vida das famílias, observada sob três óticas: a monetária, a avaliação subjetiva e a caracterização não monetária. A POF pesquisa dados de todas as despesas, incluindo as não monetárias (referentes a produtos que podem ser obtidos por doações, bem como ao consumo proveniente da produção própria - autoconsumo), cujas valorações são realizadas pelos próprios informantes com base nos preços vigentes.

Entre os instrumentos de coleta de dados da POF, o questionário “Caderneta de Aquisição Coletiva – POF 3”², que representa melhor a aquisição de alimentos pela família, e o “Aquisição Individual – POF 4 (2017-2018)”³ trazem informações de consumo, considerando

² Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/instrumentos_de_coleta/doc5563.pdf. Acesso em 03/04/2026.

³ Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/instrumentos_de_coleta/doc5564.pdf. Acesso em: 03/04/2026.

a “Forma de Aquisição” de bens e serviços, com o código 10 referente à Produção Própria. Com base nessas informações, é possível analisar a proporção do autoconsumo no total dos gastos com alimentação da família.

Como o dado sobre a situação do domicílio (rural ou urbano) faz parte das informações do domicílio pesquisado, isso permite o cruzamento das informações, de forma a identificar o peso do autoconsumo das famílias rurais em relação às urbanas, mas não é um dado apresentado diretamente nos resultados da pesquisa.

O autoconsumo de alimentos, que geralmente prevalece em domicílios rurais, decorre de formas de produção muitas vezes sustentadas pelo trabalho doméstico não remunerado, associado ao trabalho feminino, que, nesse caso, se configura como inviabilizado na POF. Trata-se de uma informação que a estatística não mostra.

Portanto, o autoconsumo detalhado na POF não está necessariamente vinculado ao trabalho feminino. A POF não identifica quem produziu o alimento. Essa é uma relação mais analítica, se se considerar que, com base na literatura sobre sociologia rural, agricultura familiar, economia do cuidado e economia feminista, historicamente o foco de atuação da mulher, no contexto da divisão sexual do trabalho na família, é o trabalho na horta, na criação de animais nos quintais e no processamento caseiro de alimentos, entre outros, realizados nos estabelecimentos rurais. Aspectos a serem discutidos com base na literatura sintetizada a seguir. Em todo caso, pelo exposto acima, os dados de autoconsumo da POF encobrem a importância do trabalho feminino.

Cabe ainda introduzir algumas reflexões a partir de uma das ações do projeto “Estudos Rurais Feministas, Memória e Políticas Públicas”, mais especificamente do Seminário “As Mulheres nas Estatísticas Rurais: Reflexões a partir do Brasil e da América Latina”, realizado em Recife em novembro de 2025.

O evento abordou a invisibilidade do trabalho feminino nas estatísticas rurais e discutiu temas como políticas públicas, economia feminista, segurança alimentar e o uso do tempo pelas mulheres rurais. Para além do exposto acima, destacaram-se algumas inovações nas coletas de dados das estatísticas brasileiras, a exemplo da pesquisa PNAD, que agora permite perguntas mais detalhadas sobre o tempo dedicado a cuidados e tarefas domésticas. Essas mudanças ajudam a entender que o trabalho não remunerado das mulheres abrange mais do que cuidados, incluindo também tarefas domésticas.

Além disso, a introdução de metodologias, como os diários de atividades detalhados na POF, permite capturar a simultaneidade e a sobreposição de tarefas ao longo do dia. Foram

discutidos os desafios na coleta desses dados, como o registro preciso dos horários de uso de celular e o gerenciamento de atividades sobrepostas, especialmente em relação aos cuidados com crianças e idosos. Apesar dos desafios ainda por serem superados, a coleta de dados aprimorada possibilita uma análise detalhada da alocação de tempo individual e familiar, com potencial para cruzar informações demográficas e ambientais.

Contudo, o Brasil ainda carece de uma pesquisa nacional dedicada ao trabalho não remunerado, o que limita as comparações regionais e o desenvolvimento de políticas públicas. Entre os desafios operacionais e políticos na coleta de dados, estão a questão da captura de atividades curtas e a memória dos respondentes, além da necessidade de aprimoramento metodológico contínuo. O seminário ressaltou a importância de desenvolver estruturas estatísticas mais integradas e sensíveis ao gênero para melhorar a qualidade dos dados e sua relevância para políticas públicas equitativas. Embora já se vejam avanços na mensuração do trabalho não remunerado das mulheres e da segurança alimentar, destaca-se a importância de uma análise feminista para fundamentar políticas públicas justas.

2.2. Fundamentação Teórica

A Lei 11.346/2006 que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional define em seu artigo terceiro que

A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.

Embora o direito à alimentação seja previsto na Constituição desde 2010 como direito social, o Brasil ainda enfrenta muitos desafios para sua efetivação. No campo da segurança alimentar, as mulheres desempenham um papel central na produção, preparo e distribuição de alimentos. Contudo, enfrentam maiores restrições de acesso à terra, ao crédito e à renda, e se deparam com hierarquias alimentares no próprio domicílio, o que impacta diretamente a segurança alimentar dos domicílios.

A economia feminista questiona a invisibilidade do trabalho reprodutivo e de cuidado, historicamente atribuído às mulheres e que serve de base para a avaliação desse trabalho na produção, no preparo e na distribuição de alimentos. Trata-se de uma atividade fundamental para a reprodução da vida, embora não seja reconhecida nos sistemas econômicos tradicionais. A economia feminista oferece um aporte teórico fundamental ao evidenciar como as relações

de gênero estruturam a produção, a distribuição e o consumo de alimentos. Diferentemente da economia tradicional, que privilegia a análise de mercados formais, a economia feminista amplia o olhar para o trabalho reprodutivo e de cuidado, historicamente invisibilizado e majoritariamente realizado por mulheres.

No Brasil, a EBIA tem sido utilizada em pesquisas nacionais, como a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), revelando impactos desproporcionais sobre mulheres, especialmente negras e residentes em áreas rurais e em periferias urbanas.

Assim, a abordagem da economia feminista permite compreender a segurança alimentar não apenas como um problema de disponibilidade de alimentos, mas também como um fenômeno profundamente enraizado em desigualdades estruturais, incluindo as de gênero. Ou seja, ela nos ajuda a entender esse cenário, ao analisar a inter-relação entre gênero e economia, considerando o patriarcado e o capitalismo como formas inter-relacionadas de dominação, responsáveis pela cegueira no que diz respeito às experiências das mulheres no mercado de trabalho (Urban & Pürckhauer, 2016). É importante salientar que, segundo Urban & Pürckhauer (2016), a categoria de mulheres não é homogênea, uma vez que possui origens e experiências distintas. Isto significa que, por exemplo, a classe, bem como outras formas de discriminação, e as esferas públicas e privadas devem ser consideradas.

O *mainstream* da economia destacou a análise econômica baseada no comportamento racional do “homo economicus” (masculino), centrada na produção de riqueza pelo trabalho assalariado, ou seja, no mercado de trabalho, confundindo o conceito de emprego com o de trabalho. Essa delimitação do trabalho produtivo (pago) e do trabalho realizado fora de casa gerou, como consequência, a interpretação de trabalho improdutivo (não trabalho, não pago) e de trabalho reprodutivo, historicamente desenvolvido em casa, vinculado à mulher. A ideia de “improdutividade” conduziu, por sua vez, a desigualdades, baixos salários, dupla jornada, entre outros fatores, que acabaram por refletir a realidade da mulher não apenas no mercado de trabalho.

Como destacado por Kissu (2022), é necessário desconstruir essa lógica patriarcal de delimitação de poder e capacidade produtiva, tornando imprescindível o olhar para o que se denomina **economia do cuidado**. A economia do cuidado debruça-se sobre “o trabalho relacionado ao bem-estar, à educação e à sobrevivência, realizado, na maior parte das vezes, por mulheres (...). Tais funções, inviabilizadas e não remuneradas, geram uma sobrecarga que

afeta a saúde mental e física feminina” (Kissu, 2022, p. 139). Trata-se de uma área de estudo considerada neste trabalho e que justifica a escolha do tema.

Além dos aspectos citados, serão utilizadas estruturas interpretativas presentes nas Ciências Sociais, baseadas na teoria feminista, que abordarão, entre outros, interseccionalidade, invisibilidade, distorções, identidade, violência... Com foco nas correntes de pensamento que integram gênero e interseção, serão trabalhadas outras epistemologias críticas, evitando-se a unicidade de conceitos.

É importante destacar duas correntes feministas contemporâneas de grande influência: o ecofeminismo, que enfatiza a conexão especial entre a mulher e a natureza, e a ética do cuidado. Essas vertentes também buscam manter um diálogo com a diversidade epistemológica e teórica proveniente de diferentes perspectivas e campos disciplinares (Cyfer, 2018).

Antes de prosseguir com algumas discussões introdutórias sobre os dados da POF 2017 – 2018 (IBGE), no tópico 4, destacam-se os aspectos metodológicos adotados.

3. Metodologia

Conforme exposto, trata-se de uma pesquisa em andamento, cuja primeira etapa consistiu na análise exploratória dos registros disponibilizados pela Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2017–2018, realizada pelo IBGE. O objetivo inicial foi identificar e sistematizar as variáveis relevantes para os temas centrais do estudo, no âmbito do projeto mais amplo ao qual a presente investigação se vincula. A partir dessa etapa, buscou-se responder ao seguinte problema de pesquisa: como os dados da POF 2017–2018 são coletados, organizados e divulgados, e de que maneira essas escolhas metodológicas impactam a visibilidade das mulheres — especialmente das mulheres rurais — nas estatísticas oficiais. Foram realizados um levantamento e um mapeamento sistemáticos de variáveis (identificação, seleção e organização). Esse procedimento resultou na construção de uma planilha analítica unificada, contendo informações sobre as variáveis de todos os eixos do Projeto e não apenas as relativas à POF.

Para fins do presente trabalho, foram reunidas, na planilha, as variáveis provenientes de diferentes questionários da POF, organizadas em dimensões analíticas específicas, tais como características sociodemográficas, localização territorial, condições de habitação, inserção ocupacional, segurança alimentar e formas de aquisição de alimentos. A análise iniciou-se, portanto, a partir das condições de produção da estatística. Adicionalmente, foram utilizados dados secundários complementares, provenientes de publicações do IBGE, com o objetivo de

contextualizar os padrões observados, ilustrar tendências gerais e fornecer suporte analítico à interpretação dos resultados. Esses dados foram mobilizados de modo a dialogar com os referenciais teóricos da sociologia rural, da economia feminista e da economia do cuidado, o que permitiu problematizar os limites das estatísticas oficiais na captação das desigualdades de gênero.

4. Discussão dos Resultados

4.1. Registros administrativos no âmbito da POF

A primeira etapa da pesquisa consistiu na análise dos diversos registros disponibilizados pela POF 2017-2018 no site do IBGE, no âmbito da pesquisa detalhada sobre orçamento doméstico. Foi elaborada uma planilha única no contexto do projeto maior, na qual foram inseridas as variáveis identificadas para os temas centrais abordados.

A tarefa aqui envolveu a compilação de variáveis relacionadas a dados demográficos, etnia, localização e composição familiar, mas observou-se pouca desagregação por gênero. A ausência de dados detalhados específicos por gênero sinaliza um problema mais amplo de invisibilidade, especialmente no que diz respeito aos papéis e às experiências das mulheres em relação à segurança alimentar e às condições socioeconômicas.

Os quadros a seguir apresentam as variáveis constantes nos questionários da POF 2017–2028 sobre demografia (raça/etnia), localização (urbano/rural), habitação e infraestrutura, inserção ocupacional, segurança alimentar e acesso a políticas públicas. Isso implica que a pesquisa fornece dados significativos para a análise da qualidade de vida das famílias brasileiras. As variáveis relacionadas permitem analisar a falta de alimentos, a redução do número de refeições e os episódios de fome. Embora a POF mostre dados sobre autoconsumo, segurança alimentar e condições materiais dos domicílios, ela não apresenta diretamente quem produz, quem trabalha e quem cuida (ou seja, a dinâmica interna dos domicílios). Isso não quer dizer que não possamos cruzar dados de caracterização do domicílio por gênero, raça e localização/território com os demais dados, o que será objeto da continuidade da pesquisa, articulando dados quantitativos à interpretação sociológica.

Quadro 1 – Dados identificados na POF 2017 – 2018 conforme variáveis selecionadas (demografia, localização, habitação, atividade produtiva)

	Códigos/Dados			
	Área Área/Domicílio	Raça/etnia – mulheres	Faixa Etária	Setores de Atividade
Demo grafia		• V0405 – cor ou raça: 1 – branca, 2 – preta, 3 – amarela, 4 – parda, 5 – indígena.	• V04021 - Dia; • V04022 - Mês; • V04023 - Ano; • V0403 - Idade.	
Localiza ção/Te rritório	• V1023 - Tipo de área (urbana e rural).			
Acesso à terra e habita ção	• V0201 - Este domicílio é do tipo: casa, apartamento ou habitação em casa de cômodos, cortiço ou cabeça de porco. • V0202 - Qual é o material que predomina na construção das paredes externas deste domicílio? Alvenaria com revestimento/taipa com revestimento; alvenaria sem revestimento; taipa sem revestimento; madeira apropriada para construção (aparelhada). Madeira aproveitada. • V0202a - outro material, especifique: há algum dos seguintes problemas no seu domicílio? • V61061 - Pouco espaço. V61062 - Casa escura, com pouca iluminação natural. • V0205 – Quantos cômodos esse domicílio possui? • V0206 - Quantos cômodos são utilizados permanentemente como dormitórios pelos moradores desse domicílio? • V02111 - Quantos banheiros (com chuveiro e vaso sanitário) de uso exclusivo dos moradores existem neste domicílio, incluindo os localizados no terreno ou na propriedade? Banheiro(s) com chuveiro (ou banheira) e vaso sanitário (ou privada).			
Ativida de produtiva /ocupa ção				• V5302 - neste trabalho, era: 1- trabalhador doméstico; 2- militar do Exército, da Marinha, da Aeronáutica, da Polícia Militar ou do Corpo de Bombeiros Militar; 4- empregado do setor privado; 5- empregado do setor público (inclusive empresas de economia mista). 6- empregador (lembre-se de que empregadores têm pelo menos um empregado). 7 - conta própria (lembre-se de que trabalhadores por conta própria não têm empregados). • V53021 - trabalhador não remunerado em ajuda a membro do domicílio ou parente; 9 - conta própria ou empregador; 10 - empregado; 11 - trabalho doméstico (serviço doméstico remunerado).

Fonte: Diversas Publicações da POF 2017 - 2018 (IBGE)



Quadro 2 – Dados identificados na POF 2017 – 2018 conforme variáveis selecionadas (questões ambientais e da infraestrutura)

	Códigos/Dados			
	Abastecimento/acesso à água	Resíduos	Saneamento	Serviços e Políticas Públicas
Questões ambientais e da infraestrutura	• V0207 - Qual a principal forma de abastecimento de água utilizada neste domicílio? -rede geral de distribuição; - poço profundo ou artesiano; - poço raso, freático ou cacimba; fonte ou nascente; água da chuva armazenada; • V0207a - outra forma, especifique-se: • V0208 - Nos últimos 30 dias, com que frequência a água proveniente da rede geral esteve disponível para este domicílio? diariamente; de 4 a 6 dias na semana; de 1 a 3 dias na semana; outra frequência.	• V0213 - Qual o (principal) destino dado ao lixo? -coletado diretamente por serviço de limpeza; - coletado em caçamba de serviço de limpeza; - queimado (na propriedade); - enterrado (na propriedade); - jogado em terreno baldio ou logradouro; • V0213a - outro destino, especifique:	• V02113 - Utiliza sanitário ou buraco para dejeções, inclusive os localizados no terreno ou na propriedade? (cercado por paredes de qualquer material) - dependendo da região do país, o sanitário pode ser conhecido como: casinha, patente, latrina, privada, sentina, retrete, casa de força ou cambrone.	• V0220 - Existe pavimentação na rua onde se localiza este domicílio? • V0221 - O serviço de distribuição dos Correios para este domicílio é realizado: 1 - por entrega domiciliária (pelo carteiro); 2 - em caixa postal comunitária (CPC); 3 - em agência de Correios mais próxima; 4 - por entrega em outro endereço; 5 - por outra forma.

Fonte: Diversas Publicações da POF 2017 - 2018 (IBGE)

Quadro 3 – Dados identificados na POF 2017 – 2018 conforme variáveis selecionadas (segurança alimentar e acesso a políticas públicas)

	Códigos/Dados	
	Acesso a alimentos	Programas Sociais
Segurança Alimentar	• V6108 - Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio tiveram a preocupação de que os alimentos acabassem antes de poderem comprar ou receber mais comida? • V6112 - Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade deixou de fazer alguma refeição porque não havia dinheiro para comprar comida? • V6114 - Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez sentiu fome, mas não comeu porque não havia dinheiro para comprar comida? • V6115 - Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez, fez apenas uma refeição ao dia ou ficou um dia inteiro sem comer porque não havia dinheiro para comprar comida? • V6119 - Nos últimos três meses, alguma vez, algum morador com menos de 18 anos de idade, deixou de fazer alguma refeição porque não havia dinheiro para comprar comida? • V6120 - Nos últimos três meses, alguma vez, algum morador com menos de 18 anos de idade, sentiu fome, mas não comeu porque não havia dinheiro para comprar comida? • V6121 - Nos últimos três meses, alguma vez, algum morador com menos de 18 anos de idade, fez apenas uma refeição ao dia ou ficou sem comer por um dia inteiro porque não havia dinheiro para comprar comida?	
Acesso a Políticas Públicas		Caderno 5 - Quadro 54: Programas de transferência de renda, aposentadorias, pensões, auxílios, outros rendimentos habituais e deduções (no período de referência de 12 meses) • V9000 - Tipo do programa. Ex.: Bolsa Família, BPC-LOAS e diversos tipos de auxílio.

Fonte: Diversas Publicações da POF 2017 - 2018 (IBGE)

4.2. Dados estatísticos no âmbito da POF

a) Consumo Alimentar

Em termos de consumo alimentar, os dados da POF 2017 – 2018, restritos à tabela a seguir, permitem comparar a situação entre homens e mulheres no Brasil (tabela 1; gráfico 1). Pode-se perceber que o consumo de alimentos in natura ou minimamente processados corresponde a mais da metade das calorias consumidas por ambos os sexos, o que é um indicador positivo em termos de consumo alimentar, embora os homens apresentem uma ingestão ligeiramente superior, de 1,3 pontos percentuais (p.p.). Em relação ao consumo de ultraprocessados, que são os alimentos que apresentam maior risco para a saúde, embora em menor percentual, ainda representam uma parcela significativa de consumo calórico na dieta brasileira, com as mulheres apresentando um consumo ligeiramente maior (1,2 p.p.). O mesmo ocorre com o consumo de ingredientes culinários processados. No geral, os dados indicam que há um padrão alimentar semelhante entre homens e mulheres.

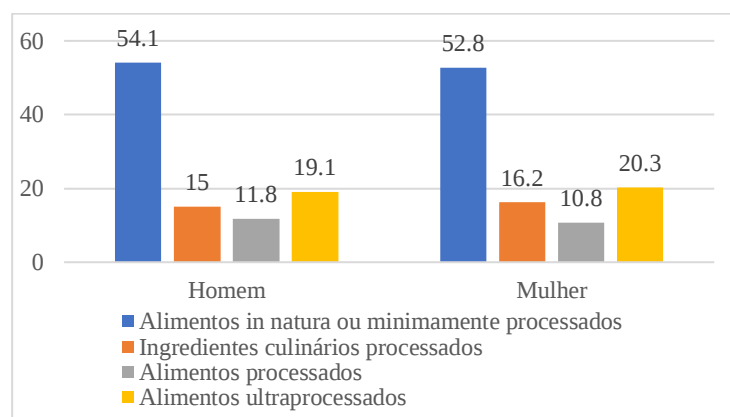
Tabela 1: Análise do consumo alimentar pessoal. Participação dos Grupos de Alimentos no Total de Calorias (%) ¹ (por sexo)

Grupos de Alimentos	Homem	Mulher
Alimentos in natura ou minimamente processados	54,1	52,8
Ingredientes culinários processados	15	16,2
Alimentos processados	11,8	10,8
Alimentos ultraprocessados	19,1	20,3

Nota: ¹ Participação dos grupos no total de calorias referente ao primeiro dia de recordatório de 24 horas.

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018. **Disponível em:** <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pesquisa/46/0>.

Gráfico 1: Análise do consumo alimentar pessoal. Participação dos Grupos de Alimentos no Total de Calorias (%)



Fonte: elaboração própria. Dados da tabela 1

b) Despesa de Consumo

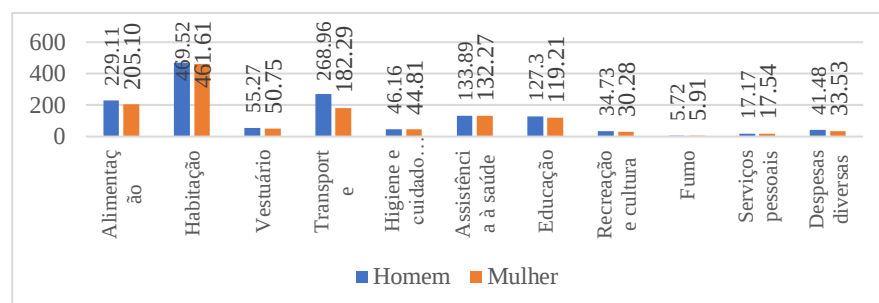
Os dados apresentados na Tabela 2 e no Gráfico 2 revelam que, ao comparar as famílias lideradas por homens e as chefiadas por mulheres, os homens apresentam um gasto superior em 9 das 11 categorias, com uma média de aproximadamente 11%. O maior diferencial é observado nas despesas com diversas áreas, como recreação e cultura, além de alimentação. É fundamental ter cautela ao interpretar essa diferença nos gastos, pois ela pode refletir um desnível de renda que se manifesta no consumo, desfavorável às mulheres. Por exemplo, o menor investimento das mulheres no lazer pode indicar menor disponibilidade de tempo livre. Esses aspectos só poderão ser esclarecidos com informações adicionais.

Tabela 2: Despesa de consumo monetária e não monetária per capita mensal, por sexo da pessoa de referência da família (R\$)

Tipos de Despesa de Consumo	Homem	Mulher
Alimentação	229,11	205,10
Habitação	469,52	461,61
Vestuário	55,27	50,75
Transporte	268,96	182,29
Higiene e cuidados pessoais	46,16	44,81
Assistência à saúde	133,89	132,27
Educação	127,3	119,21
Recreação e cultura	34,73	30,28
Fumo	5,72	5,91
Serviços pessoais	17,17	17,54
Despesas diversas	41,48	33,53
Total	1429,31	1283,3

Nota: para a aquisição alimentar domiciliar per capita anual, as quantidades de produtos adquiridos na forma líquida foram convertidas em kg, considerando-se o volume igual ao peso. **Fonte:** IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pesquisa/46/0>.

Gráfico 2: Despesa de consumo monetária e não monetária per capita mensal, por sexo da pessoa de referência da família (R\$)



Fonte: elaboração própria. Dados da tabela 2

Por outro lado, embora a diferença seja pequena, as mulheres tendem a gastar mais com fumo e serviços pessoais. As despesas com habitação são elevadas para ambos os sexos.

A ausência de dados específicos por gênero nas tabelas evidencia a invisibilidade das experiências femininas, dificultando a análise das vulnerabilidades na segurança alimentar. O mesmo ocorre quanto ao local do domicílio: rural ou urbano.

Embora os dados existentes mostrem padrões de consumo e gastos similares, há lacunas que podem estar associadas a desigualdades socioeconômicas, ocultando aspectos como o trabalho de cuidado e a divisão de tarefas domésticas. A falta de detalhes ressalta a necessidade de uma abordagem crítica na produção de dados, visando a representar melhor as realidades e as vulnerabilidades das mulheres.

O documento técnico do IICA (Esteves, 2022) contribui com informações adicionais às expostas anteriormente, a partir da análise de microdados provenientes de diversas fontes, como o POF (IBGE), o EBIA, o VIGISAN e o Estado de Segurança Alimentar e Nutrição no Mundo (SOFI/FAO, 2022). O objetivo do documento foi apresentar informações sobre os padrões de consumo alimentar, os níveis de insegurança alimentar e as desigualdades socioeconômicas e regionais no Brasil.

Com relação aos dados da POF, aqui priorizados, o documento supracitado analisa especialmente as pesquisas dos períodos 2008-2009 e 2017-2018. Entre os principais achados, reproduzidos na tabela a seguir, está a análise da distribuição das despesas com alimentação por situação do domicílio (urbana e rural) e por classe de rendimento (total e até 2 salários-mínimos) nos períodos de 2008-2009 e 2017-2018.

Tabela 3: distribuição percentual das despesas com alimentação por situação do domicílio e por classe de rendimento mais baixa. Brasil, 2008-2009 / 2017-2018.

Tipo de despesa	2008-2009				2017-2018			
	Urbana		Rural		Urbana		Rural	
	Total	Até 2 SMs	Total	Até 2 SMs	Total	Até 2 SMs	Total	Até 2 SMs
Despesas com alimentação	100	100	100	100	100	100	100	100
Alimentação no domicílio	66,9	81,1	82,5	86,6	66,1	78,7	76	81,4
Alimentação fora do domicílio	33,1	18,9	17,5	13,4	33,9	21,3	24	18,6

Fonte: POF/IBGE, 2008-2009/2017-2018 (Esteves, 2022; p. 59).

Segundo os dados acima, observou-se uma leve redução na proporção dos gastos totais com alimentação no domicílio em áreas urbanas, enquanto os gastos fora do domicílio aumentaram. Em áreas rurais, a redução dos gastos totais com alimentação no domicílio foi mais acentuada, acompanhada de um aumento significativo dos gastos fora do domicílio. Famílias de até 2 salários-mínimos continuam destinando uma maior proporção de seus gastos

com alimentação para o consumo no domicílio, tanto em áreas urbanas quanto rurais. Apesar disso, houve um aumento dos gastos fora do domicílio nessa classe de renda, especialmente em áreas rurais, o que indica mudanças nos padrões de consumo. Além disso, o documento apresenta a distribuição percentual dos domicílios por grau de segurança alimentar, considerando a situação do domicílio (urbano ou rural), nos anos de 2004, 2009, 2013 e 2017-2018, com dados provenientes das pesquisas PNAD e POF do IBGE, conforme tabela a seguir.

Tabela 4: Distribuição percentual dos domicílios por grau de segurança alimentar segundo a situação do domicílio. Brasil, 2017 - 2018.

Situação de segurança alimentar no domicílio	2017-2018	
	urbana	rural
Segurança alimentar	64,9	53,6
Insegurança leve	23,5	27,2
Insegurança moderada	7,5	12,2
Insegurança grave	4,1	7,1
Percentual total	100	100

Fonte: POF 2017/2018 (Esteves, 2022; p. 71).

Os dados demonstram que os domicílios em áreas urbanas apresentam melhores condições de segurança alimentar do que os situados no rural, que, por sua vez, apresentam os maiores percentuais de insegurança grave, moderada e leve. Uma crítica ao documento consiste na ausência de uma análise aprofundada da questão de gênero, considerando que a insegurança alimentar afeta de forma diferenciada homens e mulheres. Apesar de mencionar mulheres em alguns contextos, como na metodologia da EBIA, o documento não apresenta dados desagregados por gênero. Ao não apresentar informações e análise interseccional, deixa de revelar possíveis desigualdades, que poderiam subsidiar formulações de políticas públicas mais eficazes.

5. Considerações finais

A pesquisa está em andamento e este artigo representa um exercício inicial de síntese da equipe, com ênfase na análise crítica das estatísticas da POF 2017–2018. Respondendo à segunda questão de pesquisa (*como as estatísticas oficiais da POF 2017-2018 abordam o recorte de gênero e sua relação com a segurança alimentar e nutricional?*), o estudo revelou lacunas na desagregação de dados por gênero, especialmente no que diz respeito às mulheres

rurais e ao trabalho de cuidado. Embora os dados disponíveis ofereçam informações sobre padrões de consumo e segurança alimentar, não refletem adequadamente as desigualdades de gênero e as vulnerabilidades específicas enfrentadas pelas mulheres. A pesquisa destaca a necessidade de uma abordagem mais inclusiva e interseccional na coleta de dados estatísticos, visando uma melhor representação das realidades e experiências femininas.

Dado o caráter inicial da pesquisa, em termos de autocrítica, estabelece-se como meta prosseguir com a análise estatística da POF, por meio da identificação da possibilidade do cruzamento de dados desagregados por gênero e por local de domicílio, propondo soluções para superar as limitações identificadas e explorando as implicações para a segurança alimentar.

Referências

BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 18 set. 2006.

CYFER, I. Teoria crítica e feminismo: discutindo a relação. In: VITALE, D.; NAGAMINEM, R. (org.). *Gênero, direito e relações internacionais: debates de um campo em construção*. Salvador: EDUFBA, 2018. p. 16–35. Disponível em:

<https://doi.org/10.7476/9788523218638.0002>. Acesso em: 4 mar. 2026.

DINIZ, Bernardo P. Campolina; SILVEIRA, Fernando Gaiger; BERTASSO, Beatriz Freire; MAGALHÃES, Luiz Carlos G. de; SERVO, Luciana Mendes Santos. As pesquisas sobre orçamentos familiares no Brasil. In: SILVEIRA, Fernando Gaiger *et al.* (org.). *Gasto e consumo das famílias brasileiras contemporâneas*. Brasília: Ipea, 2007.

ESTEVES, Marcel Petrocino. *Segurança alimentar e nutricional: a disponibilidade e o acesso a alimentos saudáveis e o combate à pobreza rural*. Produto 1. Projeto BRA/IICA/17/001. Documento técnico contendo análise de microdados de pesquisas e relatórios sobre as condições de segurança alimentar e nutricional da população brasileira. Brasília, 2022.

IBGE. Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios. *Evolução dos indicadores de qualidade de vida no Brasil com base na Pesquisa de Orçamentos Familiares*. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

IBGE. Pesquisa de Orçamentos Familiares – POF: conceitos e métodos. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/24786-pesquisa-de-orcamentos-familiares-2.html?edicao=37191&t=conceitos-e-metodos>. Acesso em: 4 mar. 2026.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD 2024. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/724f23c52823528787ba0ef28b7940e3.pdf. Acesso em: 4 mar. 2026.

JUSTA, Neivia. Onde estão as mulheres? In: AMATO, Luciano (coord.). *Diversidade e inclusão em suas dimensões*. São Paulo: Literare Books International, 2022.

KISSU, Letícia. O futuro é feminino. In: AMATO, Luciano (coord.). *Diversidade e inclusão em suas dimensões*. São Paulo: Literare Books International, 2022.

PEREZ, Caroline Criado. *Invisible women: data bias in a world designed for men*. New York: Abrams Press, 2019.

SEGALL-CORRÊA, Ana Maria; MARIN-LEON, Letícia. A segurança alimentar no Brasil: proposição e usos da escala brasileira de medida da insegurança alimentar (EBIA) de 2003 a 2009. *Segurança Alimentar e Nutricional*, Campinas, SP, v. 16, n. 2, p. 1–19, 2015.

Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8634782>.

Acesso em: 4 mar. 2026. DOI: 10.20396/san.v16i2.8634782.

UNITED NATIONS. *Integrating a gender perspective into statistics*. New York: United Nations, 2016.

URBAN, Janina; PÜRCKHAUER, Andrea. Feminist economics. In: *Exploring Economics*, 2016. Disponível em: <https://www.exploring-economics.org/en/orientation/feminist-economics/>. Acesso em: 19 fev. 2024.